



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

**Comissão Especial sobre o FPM e os Fundos Constitucionais Sul/Sudeste
(PEC 231/2019)**

REQUERIMENTO Nº DE 2025

(Do Sr. Marcel van Hattem)

Requer a realização de audiência pública para debater o papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento local, na inclusão financeira e na descentralização do crédito, no contexto da PEC 231/2019 e apensadas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão Temporária, com o objetivo de discutir a contribuição das cooperativas de crédito para o financiamento da economia real nos municípios, a competição no mercado financeiro, a redução do spread e os impactos potenciais das PECs em análise sobre o federalismo fiscal e a autonomia financeira local.

Para as apresentações e debates, sugere-se a participação dos seguintes convidados:

- Representante do Departamento de Supervisão de Cooperativas e Instituições Não Bancárias do Banco Central do Brasil (Desuc/BCB);





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

- Representante do Banco Central do Brasil
- Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);
- Representante do FGCoop - Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito;
- Representante do Sicoob;
- Representante do Sicredi;
- Representante do Cresol;
- Representante do BRDE.

JUSTIFICATIVA

As cooperativas de crédito consolidaram-se como vetor de inclusão financeira, concorrência bancária e desenvolvimento regional no Brasil. Sua governança societária, baseada no controle pelos próprios cooperados e na reversão de resultados à base local, gera incentivos superiores de eficiência alocativa e reduz custos de intermediação, ampliando o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas, produtores rurais e empreendedores individuais em praças historicamente sub-atendidas.

A capilaridade do modelo cooperativo é hoje um fato econômico incontornável, posto que mais da metade dos municípios brasileiros já contam com presença de cooperativas de crédito, o que favorece a bancarização, a competição e a retenção do fluxo financeiro nas próprias comunidades, com efeitos positivos sobre emprego, renda e arrecadação municipal. Em paralelo, o saldo de ativos e a expansão do crédito do segmento têm crescido de forma robusta, reforçando seu papel na economia real e na diversificação do mercado financeiro nacional: o Ministério da Fazenda¹ registrou que, em

¹ **Fonte:** <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/orgaos-colegiados/crsfn/acesso-a-informacao/noticias/2024/cooperativas-de-credito-crescem-e-ja-atingem-mais-da-metade-dos-municipios-brasileiros> **Acesso em:** 11 Nov. 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

dezembro/2023, os ativos das cooperativas alcançaram R\$731 bilhões, após 23,9% de crescimento no ano, além de destacarem que 57% dos municípios já contam com cooperativas de crédito.

Do ponto de vista prudencial, o cooperativismo opera sob supervisão do Banco Central do Brasil, com exigências de capital, provisão e controles de risco compatíveis com o Sistema Financeiro Nacional, além de contar com o FGCoop, instrumento adicional de proteção ao depositante que reforça a estabilidade do sistema e a confiança do usuário. À luz da PEC 231/2019 e apensadas, que visam fortalecer a base fiscal municipal por meio da repartição de receitas, é imprescindível ouvir o regulador e os sistemas cooperativos para qualificar o desenho de políticas que canalizem recursos adicionais, direta ou indiretamente impulsionados por um FPM mais robusto, para crédito produtivo local, sem ampliar o intervencionismo federal e preservando a responsabilidade fiscal.

A audiência deve examinar, com evidências, os efeitos da expansão cooperativa sobre concorrência e spread (taxas, prazos e condições de crédito para MPes, agro e serviços), os indicadores de inclusão financeira (bancarização, educação financeira e uso de meios de pagamento como Pix e Open Finance) em municípios de pequeno e médio porte, e a canalização de recursos para a economia real (crédito para capital de giro, investimento, custeio rural e inovação), destacando o papel das cooperativas como arranjo financeiro local.

Também se faz importante avaliar risco e estabilidade (inadimplência, provisões, capital regulatório, atuação do FGCoop e boas práticas de supervisão do BCB) e discutir um federalismo fiscal pró-mercado, no qual transferências estáveis e governos locais financeiramente previsíveis potencializam o crédito privado e reduzem a dependência de subsídios federais. Em síntese, a construção de um ambiente de negócios competitivo e descentralizado, em que municípios mais fortes e cooperativas capilarizadas se





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

reforçam mutuamente, é condição para crescimento sustentável, aumento de produtividade e respeito ao contribuinte.

Sala das Comissões, em de outubro de 2025.

MARCEL VAN HATTEM
(NOVO/RS)

Apresentação: 11/11/2025 12:28:50.437 - PEC23119

REQ n.11/2025

